Projeto proíbe despejo de inquilino que tenha filho recém-nascido

O Projeto de Lei 249/20 proíbe o despejo até o 30º dia seguinte ao nascimento do filho de um dos inquilinos, mesmo se a genitora e o recém-nascido não residirem no local. O texto, que altera a <u>Lei do Inquilinato</u>, está em análise na Câmara dos Deputados.

Autora da proposta, a deputada <u>Lauriete (PL-ES)</u> destaca que já há previsão legal que impede o despejo até o 30° dia seguinte ao do falecimento do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão de qualquer das pessoas que habitem o imóvel.

"Todavia, nenhuma ressalva foi feita na legislação no tocante aos genitores de recém-nascidos, que podem se encontrar em uma situação tão frágil quanto aqueles", pondera. "Assim, necessária se faz a extensão da norma legislativa para abarcar também aqueles que possuam filhos recém-nascidos, por até 30 dias após o nascimento", completa.

Ela ressalta que a medida proposta independe do fato de o recém-nascido residir no imóvel ou não. "O que se busca por meio do projeto é auxiliar os genitores a prover tanto abrigo como também alimentos para a criança recém-nascida", afirma.

Tramitação

A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 $https://www.territoriopress.com.br/noticia/1352/projeto-proibe-despejo-de-inquilino-que-tenha-filho-recem-nascido\ em\ 18/12/2025\ 23:02$